



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 342, DE 2009
(Do Sr. Flávio Dino e outros)**

Altera dispositivos constitucionais referentes à composição do Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DA PEC 473/2001 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DA PEC 473/2001 A PEC 342/2009, A PEC 393/2009, A PEC 434/2009, A PEC 441/2009 E A PEC 55/2015, E, EM SEGUIDA, APENSE-AS À PEC 484/2005.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(*) Avulso atualizado em 14/2/23, em virtude de novo despacho.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO , DE 2009

(Do Sr. Flávio Dino e outros)

Altera dispositivos constitucionais
referentes à composição do Supremo
Tribunal Federal.

Art. 1º O artigo 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§1º. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão escolhidos:

I – cinco pelo Presidente da República, devendo a escolha ser aprovada por três quintos dos membros do Senado Federal;

II – dois pela Câmara dos Deputados;

III – dois pelo Senado Federal;

IV – dois pelo Supremo Tribunal Federal;

§ 2º. No caso dos incisos II, III e IV serão considerados escolhidos os nomes que obtiverem três quintos dos votos dos respectivos membros, em escrutínios secretos, tantos quantos forem necessários.

§ 3º. As escolhas recairão obrigatoriamente em nomes constantes de listas tríplexes que serão apresentadas:

I – pelo Superior Tribunal de Justiça

II - pelo Tribunal Superior do Trabalho;

III – pelo Conselho Nacional de Justiça;

IV – pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

V – pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – pelos órgãos colegiados das Faculdades de Direito que mantenham programa de doutorado em funcionamento há pelo menos dez anos.

§ 4º. O mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal será de 11 anos, sendo vedada a recondução ou o exercício de novo mandato.

§ 5º. A aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal ocorrerá nos termos do art. 40.

§ 6º. É vedado ao ministro do Supremo Tribunal Federal o exercício de cargos em comissão ou de mandatos eletivos em quaisquer dos Poderes e entes da federação até três anos após o término do mandato previsto no § 4º.” (NR)

Art. 2º As regras previstas no artigo anterior somente se aplicarão aos ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados após a publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º As escolhas iniciais para os cargos que vagarem no Supremo Tribunal Federal a partir da publicação desta Emenda Constitucional obedecerão à seguinte ordem:

I – Primeira, quinta, nona, décima e décima primeira, pelo Presidente da República.

II – Segunda e sexta, pela Câmara dos Deputados;

III – Terceira e sétima, pelo Senado Federal;

IV – Quarta e oitava, pelo Supremo Tribunal Federal;

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal é, essencialmente, uma Corte Constitucional, sendo o órgão responsável pela interpretação definitiva de nossa Constituição Federal. Participa, como tal, da tomada de decisões acerca de assuntos da mais alta relevância para o Estado e para a sociedade. Assim o faz não só atuando como legislador negativo, realizando o controle de constitucionalidade das leis, mas também exercendo funções legisferantes positivas¹, por exemplo, por meio da elaboração de súmulas vinculantes e pelo salutar ativismo judicial diante de omissões legislativas declaradas inconstitucionais. É inegável, portanto, o fato de que sua atuação tem forte carga política e consequências de igual natureza. Chega-se, com alguma razão, a se falar inclusive em um sistema legislativo tricameral, em que o STF, juntamente com as duas Casas do Congresso Nacional, desempenha papel ativo e central no processo de definição do conteúdo das leis.

Ora, se as principais funções exercidas por nossa Corte Constitucional são tão proeminentemente políticas, é necessário – em respeito à própria noção de República – que haja alternância entre aqueles que as exercem. Por isso, proponho o estabelecimento de um mandato limitado em 11 anos para os futuros ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo vedada a recondução ao cargo². Com efeito, é importante que seus mandatos não sejam muito curtos (gerando instabilidade institucional) ou demasiadamente longos (frustrando a temporariedade) e, na medida do possível, que não coincidam com os dos outros dois Poderes.

¹ Sobre o assunto, há interessante análise de Fernando Facury Scaff, no artigo “Novas Dimensões do Controle de Constitucionalidade no Brasil: Prevalência do Concentrado e Ocaso do Difuso”, publicado em maio de 2007 na edição nº 50 da Revista Dialética de Direito Processual.

² A idéia é reforçada por vários juristas de renome, inclusive por Cezar Britto, atual Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme publicado no site d’O Estadão em 6/1/2009 (http://render.estadao.com.br/nacional/not_nac303262,0.htm).

Ressalte-se que conferir-se nova configuração à vitaliciedade dos ministros do STF não gera qualquer violação à independência do Poder Judiciário. É óbvio que não se deseja ameaçar a independência dos julgadores. De fato, a vitaliciedade sequer é necessária para que o Supremo Tribunal Federal se mantenha independente. A função da citada garantia é a de impedir que os magistrados sejam alvos de pressões com relação à manutenção de seus cargos, o que viria a influenciar suas decisões. Ocorre que, no caso dos ministros do STF, não há qualquer agente externo que se encontre em posição que lhes seja hierarquicamente superior e que, assim, seja capaz de contra eles exercer esse tipo de pressão. Ademais, tal pressão é afastada pela própria impossibilidade de recondução, que serve exatamente para reforçar “a idéia de independência e neutralidade política dos membros dos Tribunais Constitucionais, pois afasta-os da perigosa e traiçoeira expectativa de reeleição”³.

Seguindo a lição de Louis Favoreu⁴, a legitimidade política do Tribunal Constitucional depende de uma composição plural, com seus membros indicados não somente pelo Presidente da República, como ocorre no nosso sistema atual. É com esse intuito que a presente PEC busca alterar a forma de nomeação dos ministros do STF, permitindo ao próprio Tribunal e às Casas do Congresso Nacional que indiquem cidadãos para o cargo. Ainda, tal possibilidade imprimirá ao STF maior representatividade, pois permitirá que parlamentares eleitos diretamente pelo povo possam participar mais ativamente na escolha daqueles que dirão à sociedade qual o conteúdo da Constituição.

Nesse sentido, outra mudança que trará maior legitimidade à escolha dos ministros é a necessidade de fazê-la de acordo com listas tríplices elaboradas pelos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Federal da Ordem dos Advogados e pelas Faculdades de Direito. Tal modificação ampliará a participação de outros segmentos da sociedade na indicação dos ministros que comporão o STF. De outra face, funcionará também como controle sobre a discricionariedade daqueles que realizarão a indicação, vez que terão uma limitação de possibilidades para a escolha.

³ MORAES, Alexandre de. *Jurisdição Constitucional e tribunais constitucionais; garantia suprema da constituição*. 2ª ed. São Paulo : Atlas. p. 294

⁴ FAVOREU, Louis. *La Légitimité de la Justice Constitutionnelle et la composition des Juridictions Constitutionnelles*. In: Vários autores. *Legitimidade e legitimação da justiça constitucional*. Coimbra : Coimbra Editora, 1995. p. 236

Por fim, destacamos que haverá regra de transição adotada pelo artigo 3º desta emenda, a fim de evitar posterior insegurança jurídica.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado Flávio Dino
PCdoB/MA

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS (53ª Legislatura 2007-2011)

27/03/2009 12:20:50
Página: 1 de 7

Proposição: PEC 0342/09
Autor da Proposição: FLÁVIO DINO E OUTROS
Data de Apresentação: 25/03/2009
Ementa: Altera dispositivos constitucionais referentes à composição do Supremo Tribunal Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

| | | |
|-------------------------------|-------------------|-----|
| Totais de Assinaturas: | Confirmadas | 204 |
| | Não Conferem | 006 |
| | Fora do Exercício | 000 |
| | Repetidas | 004 |
| | Ilegíveis | 000 |
| | Retiradas | 000 |
| | Total | 214 |

Assinaturas Confirmadas

| | | |
|----------------------|-------|----|
| ABELARDO CAMARINHA | PSB | SP |
| ACÉLIO CASAGRANDE | PMDB | SC |
| ADEMIR CAMILO | PDT | MG |
| AELTON FREITAS | PR | MG |
| AFONSO HAMM | PP | RS |
| ALEX CANZIANI | PTB | PR |
| ALEXANDRE SILVEIRA | PPS | MG |
| ALICE PORTUGAL | PCdoB | BA |
| ANDRÉ DE PAULA | DEM | PE |
| ANDREIA ZITO | PSDB | RJ |
| ANÍBAL GOMES | PMDB | CE |
| ANSELMO DE JESUS | PT | RO |
| ANTÔNIO ANDRADE | PMDB | MG |
| ANTONIO BULHÕES | PMDB | SP |
| ANTÔNIO CARLOS BIFFI | PT | MS |
| ANTONIO CRUZ | PP | MS |
| ANTONIO FEIJÃO | PSDB | AP |
| ARMANDO ABÍLIO | PTB | PB |
| ARNALDO JARDIM | PPS | SP |

| | | |
|-----------------------|-------|----|
| ASSIS DO COUTO | PT | PR |
| ÁTILA LINS | PMDB | AM |
| ÁTILA LIRA | PSB | PI |
| BENEDITO DE LIRA | PP | AL |
| BRUNO ARAÚJO | PSDB | PE |
| CÂNDIDO VACCAREZZA | PT | SP |
| CARLOS ABICALIL | PT | MT |
| CARLOS ALBERTO LERÉIA | PSDB | GO |
| CARLOS EDUARDO CADOCA | PSC | PE |
| CARLOS SANTANA | PT | RJ |
| CARLOS ZARATTINI | PT | SP |
| CELSO MALDANER | PMDB | SC |
| CEZAR SILVESTRI | PPS | PR |
| CHICO ALENCAR | PSOL | RJ |
| CHICO DA PRINCESA | PR | PR |
| CHICO LOPES | PCdoB | CE |
| CIDA DIOGO | PT | RJ |
| CIRO NOGUEIRA | PP | PI |
| CIRO PEDROSA | PV | MG |
| CLEBER VERDE | PRB | MA |
| CLÓVIS FECURY | DEM | MA |
| COLBERT MARTINS | PMDB | BA |
| DAGOBERTO | PDT | MS |
| DAMIÃO FELICIANO | PDT | PB |
| DANIEL ALMEIDA | PCdoB | BA |
| DARCÍSIO PERONDI | PMDB | RS |
| DÉCIO LIMA | PT | SC |
| DELEY | PSC | RJ |
| DEVANIR RIBEIRO | PT | SP |
| DOMINGOS DUTRA | PT | MA |
| DR. NECHAR | PV | SP |
| DR. TALMIR | PV | SP |
| DR. UBIALI | PSB | SP |
| DUARTE NOGUEIRA | PSDB | SP |
| EDGAR MOURY | PMDB | PE |
| EDIGAR MÃO BRANCA | PV | BA |
| EDIO LOPES | PMDB | RR |
| EDMILSON VALENTIM | PCdoB | RJ |
| EDUARDO BARBOSA | PSDB | MG |

| | | |
|---------------------|-------|----|
| EDUARDO CUNHA | PMDB | RJ |
| EDUARDO DA FONTE | PP | PE |
| EDUARDO LOPES | PSB | RJ |
| EDUARDO SCIARRA | DEM | PR |
| EDUARDO VALVERDE | PT | RO |
| ELIENE LIMA | PP | MT |
| EUDES XAVIER | PT | CE |
| EUGÊNIO RABELO | PP | CE |
| EUNÍCIO OLIVEIRA | PMDB | CE |
| FELIPE BORNIER | PHS | RJ |
| FÉLIX MENDONÇA | DEM | BA |
| FERNANDO CORUJA | PPS | SC |
| FERNANDO DE FABINHO | DEM | BA |
| FERNANDO DINIZ | PMDB | MG |
| FERNANDO FERRO | PT | PE |
| FILIPE PEREIRA | PSC | RJ |
| FLÁVIO DINO | PCdoB | MA |
| FRANCISCO PRACIANO | PT | AM |
| FRANCISCO RODRIGUES | DEM | RR |
| FRANCISCO TENORIO | PMN | AL |
| GERALDO PUDIM | PMDB | RJ |
| GERALDO RESENDE | PMDB | MS |
| GIOVANNI QUEIROZ | PDT | PA |
| GLADSON CAMELI | PP | AC |
| GUILHERME CAMPOS | DEM | SP |
| GUSTAVO FRUET | PSDB | PR |
| HOMERO PEREIRA | PR | MT |
| ILDERLEI CORDEIRO | PPS | AC |
| IRINY LOPES | PT | ES |
| JACKSON BARRETO | PMDB | SE |
| JAIME MARTINS | PR | MG |
| JAIR BOLSONARO | PP | RJ |
| JEFFERSON CAMPOS | PTB | SP |
| JERÔNIMO REIS | DEM | SE |
| JÔ MORAES | PCdoB | MG |
| JOÃO CAMPOS | PSDB | GO |
| JOÃO CARLOS BACELAR | PR | BA |
| JOÃO MATOS | PMDB | SC |
| JOAQUIM BELTRÃO | PMDB | AL |

| | | |
|-------------------------------------|-------|----|
| JORGE KHOURY | DEM | BA |
| JORGE TADEU MUDALEN | DEM | SP |
| JORGINHO MALULY | DEM | SP |
| JOSÉ CARLOS ARAÚJO | PR | BA |
| JOSÉ CARLOS VIEIRA | DEM | SC |
| JOSÉ CHAVES | PTB | PE |
| JOSÉ EDUARDO CARDOZO | PT | SP |
| JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA | PV | MG |
| JOSÉ GUIMARÃES | PT | CE |
| JOSÉ OTÁVIO GERMANO | PP | RS |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO | PV | SP |
| JULIÃO AMIN | PDT | MA |
| JÚLIO CESAR | DEM | PI |
| JÚLIO DELGADO | PSB | MG |
| JURANDIL JUAREZ | PMDB | AP |
| LEANDRO SAMPAIO | PPS | RJ |
| LEANDRO VILELA | PMDB | GO |
| LELO COIMBRA | PMDB | ES |
| LEONARDO MONTEIRO | PT | MG |
| LEONARDO QUINTÃO | PMDB | MG |
| LEONARDO VILELA | PSDB | GO |
| LÍDICE DA MATA | PSB | BA |
| LINCOLN PORTELA | PR | MG |
| LUCIANA GENRO | PSOL | RS |
| LUCIANO PIZZATTO | DEM | PR |
| LUIS CARLOS HEINZE | PP | RS |
| LUIZ ALBERTO | PT | BA |
| LUIZ BASSUMA | PT | BA |
| LUIZ BITTENCOURT | PMDB | GO |
| LUIZ CARLOS BUSATO | PTB | RS |
| LUIZ COUTO | PT | PB |
| LUIZ SÉRGIO | PT | RJ |
| MAGELA | PT | DF |
| MAJOR FÁBIO | DEM | PB |
| MANATO | PDT | ES |
| MANUELA D'ÁVILA | PCdoB | RS |
| MARCELO CASTRO | PMDB | PI |
| MARCELO GUIMARÃES FILHO | PMDB | BA |
| MARCELO ORTIZ | PV | SP |

| | | |
|--------------------------|-------|----|
| MARCELO SERAFIM | PSB | AM |
| MÁRCIO FRANÇA | PSB | SP |
| MARCIO JUNQUEIRA | DEM | RR |
| MARCOS ANTONIO | PRB | PE |
| MÁRIO DE OLIVEIRA | PSC | MG |
| MÁRIO HERINGER | PDT | MG |
| MAURÍCIO QUINTELLA LESSA | PR | AL |
| MAURÍCIO RANDS | PT | PE |
| MILTON MONTI | PR | SP |
| NEILTON MULIM | PR | RJ |
| NELSON MARQUEZELLI | PTB | SP |
| NELSON PROENÇA | PPS | RS |
| NEUDO CAMPOS | PP | RR |
| NILSON MOURÃO | PT | AC |
| NILSON PINTO | PSDB | PA |
| OSMAR JÚNIOR | PCdoB | PI |
| OSVALDO REIS | PMDB | TO |
| PASTOR MANOEL FERREIRA | PTB | RJ |
| PASTOR PEDRO RIBEIRO | PMDB | CE |
| PAULO ABI-ACKEL | PSDB | MG |
| PAULO HENRIQUE LUSTOSA | PMDB | CE |
| PAULO PIAU | PMDB | MG |
| PAULO PIMENTA | PT | RS |
| PAULO RENATO SOUZA | PSDB | SP |
| PAULO ROBERTO | PTB | RS |
| PAULO ROCHA | PT | PA |
| PAULO RUBEM SANTIAGO | PDT | PE |
| PAULO TEIXEIRA | PT | SP |
| PEDRO CHAVES | PMDB | GO |
| PEDRO EUGÊNIO | PT | PE |
| PEDRO NOVAIS | PMDB | MA |
| PEDRO WILSON | PT | GO |
| PEPE VARGAS | PT | RS |
| PINTO ITAMARATY | PSDB | MA |
| RATINHO JUNIOR | PSC | PR |
| RAUL HENRY | PMDB | PE |
| REBECCA GARCIA | PP | AM |
| RENATO MOLLING | PP | RS |
| RIBAMAR ALVES | PSB | MA |

| | | |
|----------------------|---------|----|
| ROBERTO BRITTO | PP | BA |
| RODRIGO DE CASTRO | PSDB | MG |
| RODRIGO ROLLEMBERG | PSB | DF |
| ROGÉRIO MARINHO | PSB | RN |
| RÔMULO GOUVEIA | PSDB | PB |
| RUBENS OTONI | PT | GO |
| SEBASTIÃO BALA ROCHA | PDT | AP |
| SÉRGIO BRITO | PDT | BA |
| SERGIO PETECÃO | PMN | AC |
| SEVERIANO ALVES | PDT | BA |
| SILVIO TORRES | PSDB | SP |
| SIMÃO SESSIM | PP | RJ |
| SOLANGE ALMEIDA | PMDB | RJ |
| TATICO | PTB | GO |
| ULDURICO PINTO | PMN | BA |
| VALADARES FILHO | PSB | SE |
| VALTENIR PEREIRA | PSB | MT |
| VICENTINHO | PT | SP |
| VILSON COVATTI | PP | RS |
| VIRGÍLIO GUIMARÃES | PT | MG |
| WILLIAM WOO | PSDB | SP |
| WILSON BRAGA | PMDB | PB |
| WLADIMIR COSTA | PMDB | PA |
| WOLNEY QUEIROZ | PDT | PE |
| ZÉ GERALDO | PT | PA |
| ZÉ GERARDO | PMDB | CE |
| ZÉ VIEIRA | S.PART. | MA |
| ZENALDO COUTINHO | PSDB | PA |
| ZEQUINHA MARINHO | PMDB | PA |

Assinaturas que Não Conferem

| | | |
|----------------------|------|----|
| BONIFÁCIO DE ANDRADA | PSDB | MG |
| EFRAIM FILHO | DEM | PB |
| MÁRCIO MARINHO | PR | BA |
| MENDES RIBEIRO FILHO | PMDB | RS |
| WELLINGTON ROBERTO | PR | PB |
| WILSON SANTIAGO | PMDB | PB |

Assinaturas Repetidas

ANTÔNIO ANDRADE
EDUARDO DA FONTE
RATINHO JUNIOR
ZEQUINHA MARINHO

PMDB
PP
PSC
PMDB

MG
PE
PR
PA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**
.....

**CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
.....

**Seção II
Dos Servidores Públicos**

** Seção II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.*
.....

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

** Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

** § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei::

** Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de Contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

** Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

** § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

** § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

I - portadores de deficiência;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

II - que exerçam atividades de risco;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

** § 5º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

** § 6º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

** § 7º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

** § 8º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

** § 10. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo

acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

** § 11. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

** § 12. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

** § 13. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

** § 14. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

** § 15 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

** § 16. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

** § 17 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

** § 18 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

** § 19 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

** § 20 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

** § 21 acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

** Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

** § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998).*

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

** § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes

de missão diplomática de caráter permanente;

** Alínea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/1999.*

d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004).

i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

** Alínea i com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 18/03/1999.*

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

** Alínea r acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

** Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

** § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade

produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

** § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

.....
.....

| |
|-------------------------|
| FIM DO DOCUMENTO |
|-------------------------|